

Ponto de partida: análise de discurso

Claudiane Carvalho

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CARVALHO, C. Ponto de partida: análise de discurso. In: *A construção da notícia: interseções entre jornalismo e comunicação estratégica* [online]. Salvador: EDUFBA, 2019. pp. 27-77. ISBN: 978-65-5630-180-8. <http://doi.org/10.7476/9786556301808>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



PONTO DE PARTIDA

ANÁLISE DE DISCURSO

O discurso da informação é uma atividade de linguagem que permite que se estabeleça nas sociedades o vínculo social sem o qual não haveria reconhecimento identitário. (CHARAUDEAU, 2012a, p. 12)



COORDENADAS AO MOMENTO DE PARTIDA

Para a realização desse percurso, parte-se da ideia de que informar é um processo de comunicação constituído por escolhas, em busca de efeitos de sentido para atingir o outro. É contemplado, pois, o aspecto relacional do processo comunicativo, uma vez que a produção dos efeitos de sentido implica direcionamentos e tem suas amarras. Em síntese, considera-se que informar é produzir discurso em situação de comunicação. (CHARAUDEAU, 1997, 2003, 2012a, 2013)

Neste primeiro momento do percurso, o roteiro abrange um breve panorama das principais abordagens fundadoras da AD na França – Pêcheux, sociolinguística e Foucault –, nos anos de 1960 e 1970. Esse passeio histórico cumpre o papel de desenhar os chãos epistemológicos que serviram de alicerce ou foram abandonados por autores mais contemporâneos. Além disso, essa retomada funcionou como fio condutor à apresentação de alguns centros de pesquisa em vigência nas universidades francesas. Entre eles, está o Centre d'Analyse du Discours (CAD), coordenado pelo pesquisador Patrick Charaudeau, cujos objetos de estudo e propostas metodológicas têm consonância com as preocupações deste livro.

Além disso, será feita a passagem da noção de discurso para a de discurso social, tendo como guia o semiólogo argentino Eliseo Verón,

que durante mais de duas décadas lecionou na França. Em seguida, o “leitor-viajante” é convidado a se debruçar sobre a noção de discurso informativo, desenvolvida por Charaudeau com base em um referencial epistemológico que tem colunas de sustentação no processo de semiotização global do mundo, proposto por Paul Ricoeur, mediante a trílice *mímesis*.

Este primeiro momento, portanto, apresenta o domínio do ponto de partida, a AD, e sua respectiva questão fundante sobre como é construído o sentido do discurso. É do território da AD que se olha para o processo de configuração do discurso informativo na relação entre assessoria de imprensa e jornalismo. Entretanto, a intenção é enxergar além das fronteiras da análise de discurso, ou melhor, transformar as suas fronteiras em membranas que permitam a articulação com outros aportes teórico-metodológicos, a exemplo da hermenêutica de Ricoeur e das teorias do jornalismo.

INFORMAÇÃO

PROCESSO DE PRODUÇÃO DE DISCURSO

Ao tratar do ato social de informar, a ideia de relação emerge como constitutiva e constituidora do processo, uma vez que a informação não existe em si, não é exterioridade, mas depende do ato de comunicação para sagrar-se possível. (CHARAUDEAU, 2012a, 2012b) Informação não deve ser tomada enquanto coisa, pois integra a ordem do simbólico, que pode ser constatada no sentido etimológico da expressão: “informar” significa “dar forma a”.

Nas palavras de Luiz Cláudio Martino (2001), esse fenômeno humano e social pressupõe o encontro de consciências em determinados contextos, através de suportes – e/ou dispositivos.¹ O autor ressalta que não há

1 Luiz Cláudio Martino (2001) usa o termo “suporte” para se referir à materialidade das coisas, diferenciando-o, pois, do nível simbólico. O suporte, segundo o autor, não é meio de comunicação, mas material – papel e tinta, ondas sonoras, pontos luminosos, por exemplo –, condição imprescindível, mas não suficiente para o ato de informar. Na segunda etapa do

comunicação sem informação e, ao pensar na possibilidade do armazenamento e estoque, não há “informação senão em vista da possibilidade dela se tornar comunicação”.² (MARTINO, 2001, p. 18) O fato é que, muitas vezes, parece inócuo o debate sobre os limites entre comunicar e informar, isto porque são processos indissociáveis e ambos solicitam as dimensões da relação, da intencionalidade e uma provável mudança de condição entre o saber e o não saber como motivação para o jogo.

Pelas lentes da AD, Charaudeau (2012a, p. 33) constata que as questões sobre a informação vão sempre convergir para a linguagem, a qual “não se refere somente aos sistemas de signos internos de uma língua, mas a sistemas de valores que comandam o uso desses signos em circunstâncias de comunicação particulares”. A linguagem consiste numa mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. A essa mediação dá-se o nome de discurso (ORLANDI, 2003) – um trabalho simbólico que está na base da produção da existência humana e é fundamental para construir, manter e mudar representações, identidades e relações sociais. (PINTO, 2002) A linguagem, portanto, é entendida como ato de discurso e, por esse viés, “a informação implica processo e produção de discurso em situação de comunicação”. (CHARAUDEAU, 2012a, p. 34) Assim, compreende-se informar como um processo de comunicação.

Ao remontar às origens do termo “comunicação”, é encontrada a expressão em latim *communicatio*, que se refere a uma ação engendrada por relação, intencionalidade e comunhão. Se dissecada a expressão, tem-se *munis*, que significa “estar encarregado de”; já o prefixo *co* expressa simultaneidade, reunião. A ideia de uma “atividade realizada conjuntamente” é reforçada pela terminação *tio*, que também indica atividade. (MARTINO, 2001) Assim, se informar é um processo

percurso proposto neste livro, a noção de dispositivo será abordada a partir de Eliseo Verón (1987, 2013).

2 Para exemplificar, Luiz Cláudio Martino diz que um livro fechado na estante não é comunicação, até que se reúna a atividade do leitor com a do autor.

de comunicação, ambas as noções têm como pressuposto fundante a possibilidade de fazer escolhas. “Comunicar, informar, tudo é escolha” (CHARAUDEAU, 2012a, p. 39) – escolhas de efeitos de sentido para atingir o outro, escolhas de estratégias discursivas.

O discurso é um espaço em que saber e poder se articulam na construção da tessitura da relação entre os interlocutores. “O discurso é um jogo estratégico que provoca ação e reação, é como uma arena de lutas [...] em que ocorre um jogo de dominação ou aliança, de submissão ou resistência, o discurso é o lugar em que se travam as polêmicas”. (BRANDÃO, 2006, p. 7)

Nesse aspecto, o informador e o informado estão sempre envolvidos e posicionados por/(n)esse jogo lançado pelo processo discursivo. Vale destacar ainda que pensar a informação é debruçar-se sobre as questões da linguagem. Posto isso, evidencia-se a importância de discorrer sobre a noção de discurso, mostrar de que perspectiva este livro aborda a(s) análise(s) de(o/os) discurso(s).

AD: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS E BREVE PERCURSO HISTÓRICO

Análise de discurso, análise do discurso e/ou análise(s) de(os) discursos – a definição, ou não, pelo artigo e a variação singular/plural indicam diferentes abordagens, filiações a autores e métodos e as apostas interdisciplinares propostas por pesquisadores desde o final da primeira metade do século passado. Além de apontar para a diversidade, as diferentes nomenclaturas, que podem ser abreviadas por AD, denunciam um amplo desenvolvimento das pesquisas, que conjugam origens distintas, pontos de vista por vezes conflitantes, releituras e aproximações com diferentes disciplinas das ciências sociais. Entretanto, independentemente de qual seja o ponto de referência, há o princípio fundamental da AD: “partir da textura – marcas formais da superfície textual que são indícios da presença do social – do texto para a contextualização”. (PINTO, 2002, p. 9)

Para Orlandi (2003), a AD instiga o pesquisador a sair da zona de conforto da inocência para estabelecer uma relação menos ingênua com a linguagem, cuja opacidade não permite neutralidade nem mesmo ao mais corriqueiro ou cotidiano dos signos. A autora destaca o caráter permanente e irremediável do simbólico, frisa o quanto o sujeito social está comprometido com o sentido e com o político e destaca o fato de que os discursos acontecem em contextos sociais, num espaço-tempo das práticas humanas e, portanto, “os sentidos estão sempre administrados, não estão soltos”. (ORLANDI, 2003, p. 10) Enquanto importantes construtores da vida social e dos lugares de fala dos interlocutores, os discursos não têm início demarcado nem final definitivo.

Diante do que foi exposto até aqui, abordar a informação enquanto produção discursiva é superar, por exemplo, os primeiros estudos da Mass Communication Research que, sob forte legado da matemática e da engenharia, resumiam o processo informativo à fórmula: emissor, através de um canal de transmissão, envia informação para receptor. (WOLF, 2003) O reducionismo desse processo linear, assim como uma visão altruísta da informação – a transmissão de um saber a quem não o tem –, não dá conta da complexidade do fenômeno social.

Segundo Charaudeau (1997, 2003, 2012a), a informação constrói um saber, e todo saber mobiliza problemas em relação à validade da fonte de informação, que reverbera no valor de verdade do conhecimento, e em relação ao repertório do coenunciador e de como atingi-lo, pois ele nunca é apenas o leitor ideal visado pelo fornecedor da informação. Não se pode esquecer ainda das questões referentes ao tratamento da informação, ou seja, como transpor em linguagem os fatos selecionados em função do alvo predeterminado. Esses problemas expostos são da dimensão do discurso e trazê-los à luz, nesse momento, tem como intuito relembrar a importância de continuar a delimitação do que se entende como discurso neste livro, traçando, concomitantemente, um rápido panorama da AD. Em outras palavras, para explanar sobre informação, buscar-se-á refletir um pouco mais sobre a AD e seu objeto sócio-histórico – o discurso.

Dos primórdios da AD

A busca por compreender as mensagens dos oráculos e o desenvolvimento da retórica demonstra que o interesse pelos textos vem desde a antiga cultura grega. A prática interpretativa gerou, entre outros, a exegese, assim como a hermenêutica,³ cuja especialização é a interpretação de quaisquer textos. No século XIX, foi criada a filologia, que, voltada para o estudo da linguagem em fontes históricas escritas, articula estudos literários, História e linguística.

No século XX, especialmente nos anos 1920 e 1930, os formalistas russos – a exemplo de Vladimir Propp, Roman Jakobson, Viktor Chklovsky e Yuri Tynianov, entre outros – pretendiam chegar a uma estrutura do texto, uma lógica interna diferente daquela já abordada pela Análise de Conteúdo (AC). Esta última nasce da confluência entre a tradição hermenêutica, a retórica, o empirismo e o cientificismo norte-americano e tem como expoentes os pesquisadores Bernard Berelson, Harold Lasswell, Richard Wright, entre outros. (BARDIN, 2009) Com abordagem de teor mais quantitativo, a AC averigua a incidência de determinadas expressões, construções ou referências em uma obra/texto. Diferentemente da AD, que busca responder “como” o texto significa, produz sentido, a AC preocupa-se com o que o texto quer dizer. (ORLANDI, 2003)

Embora possam se complementar em muitos estudos, AC e AD têm pontos de aderência e fricção. A AD não considera a linguagem como transparente e não atravessa o texto para buscar o seu sentido do outro lado, mas “[...] produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica”. (ORLANDI, 2003, p. 18) O texto é interpelado pela sua discursividade.

3 A origem do método hermenêutico é associada à tradução da Bíblia judaica para o grego, no início do século I, o que o vinculou, por muito tempo, à leitura do Velho Testamento. Isso explica por que, em teologia, a hermenêutica é o estudo dos diferentes sentidos das escrituras sagradas. (GOMES, 2012, p. 28)

A normatização, considerada por Milton Pinto (2002) como a postura metodológica básica da AC, assim como da análise semântico-estrutural dos anos 1950 e 1960 – a exemplo da análise estrutural da narrativa, criada por Greimas e Bremond com base em Vladimir Propp –, configura-se como transcrição e destrói o que é pertinente ao texto, enquanto discurso:

[...] consiste na transcrição do conteúdo dos textos mediante uma rede de categorias semânticas, indiferentes quase sempre às articulações textuais ou linguísticas que os textos apresentam, e tem sido apontada como o aspecto mais criticável dessas análises. (PINTO, 2002, p. 19)

O autor é mais contundente em sua crítica e afirma que a análise semântica é a tradução do texto original em outro texto de responsabilidade do analista. Nos anos 1950, o estruturalista norte-americano Zellig Harris buscou superar essa “tradução” ao substituir as categorias semânticas pelas categorias sintáticas. Isso não representou, de acordo com Milton Pinto (2002), um avanço expressivo. Orlandi (2003) explica que Harris usou o método distribucional para livrar o texto do viés conteudista, mas caiu no isomorfismo – a utilização do método de análise de unidades menores (morfemas, frases) para unidades maiores (texto). Essa abordagem imanentista, ainda hoje, é um dos aspectos mais frágeis da AD americana (BRANDÃO, 2004), que se distingue da AD europeia – esta última mais conhecida pela “escola francesa de análise de discurso”.

De modo geral, essas duas tradições – a análise de discurso francesa, de um lado, e a anglo-americana,⁴ ou comumente chamada de “linha americana”, do outro – ancoram os principais estudos no campo da

4 A tradição anglo-americana, nomeada, às vezes, como *discourse analysis*, é originária da Inglaterra, mas foi firmemente enraizada nos Estados Unidos, onde incorporou elementos da sociologia, da psicologia e da etnologia. Essa tradição costuma prender-se mais ao empirismo e aos conceitos da psicologia do consciente. (PINTO, 2002, p. 21-23)

AD. As diferenças epistemológicas e o uso do termo “discurso” com distintas (con)cepções são os argumentos usados por alguns pesquisadores – como Maingueneau⁵ (1995), Pinto (2002) e Verón (1987, 1998, 2004) – para empregar análise de(os) discursos no plural. Evitar o singular é uma estratégia “não só para dar conta da ideia de multiplicidade, como também para fugir das grandes categorias abstratas à maneira do estruturalismo, onde o conceito originalmente se forjou”. (PINTO, 2002, p. 20)

Com heranças da pragmática, da etnometodologia e de outras propostas psicossociológicas de abordagem de textos, a perspectiva americana está mais voltada aos estudos de conversação e se configura como extensão da linguística, a partir da qual “vê-se o texto de uma forma redutora, não se preocupando com as formas de instituição do sentido, mas com as formas de organização dos elementos que o constituem”. (BRANDÃO, 2004, p. 15)

Já a chamada linha francesa reúne conceitos interdisciplinares e “exteriores ao domínio de uma linguística imanente para dar conta da análise de unidades mais complexas da linguagem”. (BRANDÃO, 2004, p. 15) A AD, cujo aporte teórico foi desenvolvido por pesquisadores franceses,⁶ será o âmago das atenções nesta publicação, não só por tentar romper com uma abordagem imanente, mas também por congrega pesquisadores dedicados aos estudos de produtos mediáticos.

Na sequência, será apresentado um esboço histórico das principais correntes dessa perspectiva francesa e dos “chãos epistemológicos” sobre os quais erigiram o(s) conceito(s) de discurso.

5 Em 1995, Dominique Maingueneau coordenou/organizou a revista *Langages* (1995).

6 A proposta de mostrar as duas perspectivas não isenta a possibilidade de estudos que as reúnam, buscando apropriar-se do que há de melhor em cada uma delas. Como lembra Milton Pinto (2002, p. 24), o evento de comunicação é socialmente ritualizado e sua contextualização passa por mediações simbólicas, o que torna promissora, em termos teórico-metodológicos, a conciliação entre a AD francesa e a anglo-americana.

ANÁLISE DE DISCURSO NA FRANÇA: ABORDAGENS TEÓRICAS DOS ANOS 1970 E CENTROS DE PESQUISA CONTEMPORÂNEOS

Na França dos anos 1960-1970, os trabalhos do linguista norte-americano Zellig Harris (1952) foram inspiração para o desenvolvimento da AD. Entretanto, matemático de formação, Harris não considera a questão do sujeito e descarta a produção de sentido fora da linguística. Admite-se, com frequência, que Jean Dubois, integrante da Université de Paris 10, “Escola de Nanterre”, institucionalizou as técnicas linguísticas da AD, uma vez que ele transferiu “os métodos linguísticos americanos para as análises lexicais sociopolíticas tradicionais na França”. (MAZIÈRE, 2007, p. 31)

Ao transportar o objeto discurso para a linguística estrutural, Dubois ofereceu uma nova roupagem às questões em torno desse objeto:

Confirmando uma concepção saussuriana da ‘língua’ e respeitando os métodos formais de análise de Harris, ele assegura a manutenção dos objetos do filólogo-gramático (texto, discurso) e legitima o retorno da questão do sentido pelo viés das ciências políticas e sociais, então comprometidas na análise de conteúdo. (MAZIÈRE, 2007, p. 31)

O contexto epistemológico e o momento político permitiram o desenvolvimento da AD enquanto disciplina. Segundo Jean-Jacques Courtine (2006, p. 9), “o aparecimento da problemática do discurso no interior da linguística francesa é contemporâneo à conjuntura política dos anos 1968-1970, dominada pelos acontecimentos de maio de 68”. Assim, a AD dedicou-se, com muito empenho, aos *corpora* escritos, extraídos de discursos políticos.

O aspecto mecanicista da metodologia de Dubois⁷ é revisto por Michel Pêcheux e pelo coletivo intelectual, grupo de pesquisadores

7 Professor da Universidade de Paris 10, Escola de Nanterre, de 1967 a 1972, Jean Dubois introduz o sintagma “análise do discurso” e possibilita a criação da Escola Francesa de Análise

nanterrenses e de outras universidades, que o acompanhou no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS). Para Mazière (2007), na França, a AD ganhou continuidade a partir dos seguidores de Michel Pêcheux, o qual, em seus mais de 15 anos de produção acadêmica (1966-1983), inspirou pesquisadores a ampliar e tensionar suas abordagens. Neste livro, entretanto, compactua-se com a visão de que, nos anos 1960-1970, três projetos teóricos distintos definiram a AD na França: 1. a linha de Michel Pêcheux; 2. a linha sociolinguística (desenvolvida por Marcellesi, Gardin e Guespin, dentre outros); e 3. a arqueologia de Michel Foucault.

Interseções e distanciamentos marcam essas três abordagens. Narzetti (2010) mostra que Pêcheux e a sociolinguística incorporaram o referencial marxista e buscaram a produção de sentido dos discursos pelo viés das classes sociais e da ideologia. Além disso, recorreram à linguística para dar conta dos discursos. “Essa convergência, que, como veremos, não significa identidade total de posições, estabelece uma enorme distância em relação à linha de Foucault representada pela Arqueologia”. (NARZETTI, 2010, p. 52)

Já as perspectivas de Pêcheux e de Foucault se aproximam quando negam a hermenêutica, assumem uma aversão comum ao humanismo teórico vigente nas ciências humanas – o psicologismo, o sociologismo e o antropologismo – e compreendem o sujeito como resultado de diferentes processos históricos de subjetivação. Além disso, ambas apostaram que a análise de discurso poderia servir como um instrumento de história das ciências e/ou dos saberes em geral. “A aliança nesses pontos situava os projetos de Pêcheux e Foucault à enorme distância do projeto da sociolinguística”. (NARZETTI, 2010, p. 52) Essas três perspectivas, entretanto, afastam-se severamente em relação a outros pontos, o que irá garantir a especificidade de cada uma delas.

do Discurso. Em sua tese, *Le vocabulaire politique et social en France de 1869 à 1872* (1962), ele se associa à tradição filológica francesa de estudo do vocabulário, pesquisas lexicológicas, históricas e discursivas. Assim, constrói um contexto epistemológico para a AD, buscando legitimá-la enquanto disciplina. (MAZIÈRE, 2007, p. 32)

O conceito de discurso, por exemplo, teve diferentes acepções em cada uma dessas linhas. No sentido etimológico, a palavra “discurso” remete à ideia de curso (*cursus*), de percurso, de correr por, de movimento; refere-se à palavra em movimento (ORLANDI, 2003), “percorrer de uma proposição à outra, num processo de raciocínio”. (FERREIRA, G., 2001, p. 99) Nessa noção mais primária, parece haver uma solicitação pela exterioridade, pois o transitar pede a articulação entre o “interior” e o “exterior”. As três linhas em voga, nessa discussão, mantêm a aderência com o sentido original, mas partem de solos epistemológicos distintos para semear o conceito de discurso.

Discurso na linha de Pêcheux

Michel Pêcheux, ao longo de sua trajetória acadêmica, engendrou a noção de discurso, articulando, entre outros, Saussure (língua/fala), Foucault (formação discursiva), Louis Althusser (ideologias como constitutivas da produção/reprodução dos sentidos sociais) e Lacan/Freud (a noção de sujeito). Promoveu, assim, a tríade linguística, História e psicanálise para abordar o que considerou um objeto sócio-histórico – o discurso.

Seguidora da linha de Pêcheux no Brasil, Eni Orlandi (2003, p. 16) afirma que a AD, desenvolvida pelo filósofo francês, conecta conhecimentos da linguística e das ciências sociais, numa proposta em que o político e o simbólico se confrontam; ou seja, a linguística é interpe-lada pela historicidade que ela apaga e, do mesmo modo, as ciências sociais são indagadas em relação à transparência da linguagem sobre a qual elas se assentam.

Em linhas gerais, Pêcheux propôs a AD como uma região teórica, situada no interior das ciências das formações sociais, e não da linguística. (NARZETTI, 2010) Ele procurou compreender “a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história”. (ORLANDI, 2003, p. 15) Embora sua produção seja permeada pela preocupação com a função

social da ideologia, essa adesão ao materialismo histórico só foi explicitada em 1975, quando publicou *Semântica e discurso*.⁸ Na ocasião, indicou o refinamento da noção de ideologia em Althusser (1980), apresentada em *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*, publicado originalmente em 1970,⁹ como aporte para pensar o discurso enquanto materialidade ideológica.

Ao abdicar da descrição da ideologia em geral (ou “Ideologia”), Althusser busca formular “conceitos novos que deem conta do caráter material das ideologias concretas existentes numa formação social dada”. (NARZETTI, 2010, p. 55) Dessa forma, o autor segue para as singularidades, vai tratar das “regiões ideológicas” (a exemplo da política) e mostra que em cada “região” há particularidades (esquerda, direita etc.) e, dentro das particularidades, existem tendências (esquerda radical), as quais correspondem às posições de classes.

Para Althusser (1980), a ideologia tem uma existência material – por exemplo, o crente vivencia sua crença rezando, indo à missa, ajoelhando-se etc. Portanto, há uma manifestação material da ideologia. É com base nessa tese que Pêcheux destaca o discurso como materialidade ideológica, construído a partir de uma Formação Ideológica (FI).

A noção de formação ideológica consiste em “um conjunto complexo de atitudes e representações que não são ‘individuais’ nem ‘universais’,

8 *Les vérités de la Palice*. Ver: Pêcheux (1988).

9 Na obra *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*, Louis Althusser (1980) propõe avançar na teoria do Estado, apresentada por Marx, argumentando que, para além da distinção entre poder de Estado e aparelho de Estado, devem ser considerados os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE). O conceito diz respeito a “um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas”, a saber: AIE religioso, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, de informação, cultural etc. (ALTHUSSER, 1980, p. 43-44) Para o autor, a diferença entre o aparelho do Estado e o AIE é que o primeiro funciona, na maioria das vezes, pela repressão e o segundo, pela ideologia. Althusser sustenta que a ideologia é uma “representação” da relação imaginária dos indivíduos com suas condições de existência e que ela interpela os indivíduos como sujeitos. “Para abordar a tese central sobre a estrutura e o funcionamento da ideologia, proponho duas teses: uma negativa e outra positiva. A primeira refere-se ao objeto que é ‘representado’ sob a forma imaginária da ideologia, a segunda refere-se à materialidade da ideologia”. (ALTHUSSER, 1980, p. 77)

mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas com as outras”. (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 2007, p. 26) Essa noção deriva do conceito de Formação Discursiva (FD) de Foucault, o qual foi lido por Pêcheux e seu grupo à luz da materialidade histórica. “A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada – determina o que pode e deve ser dito”. (ORLANDI, 2003, p. 43) Em síntese, “o discurso nunca é universal ou individual, mas sempre particular na medida em que é produzido no interior de FD particulares que se inscrevem no interior de FI que também são particulares”. (NARZETTI, 2010, p. 56) Em outras palavras, para os seguidores de Pêcheux, as formações ideológicas constituem as formações discursivas.

Vale ressaltar que a proposta não é tensionar ou apresentar os conceitos à exaustão, mas sinalizar alguns referenciais teóricos que substantiaram a construção da noção de discurso nas principais linhas de estudo e pesquisa da AD francesa. Posto isso, vale alertar para o fato de que, para contornar a concepção de discurso desenvolvida por Pêcheux e seu coletivo intelectual, é necessário ainda observar como eles versaram sobre a dicotomia língua/fala, desenvolvida por Saussure.

A questão que emerge aqui concerne à necessidade de desenhar fronteiras e estabelecer o que diferencia discurso, língua e fala. Num olhar panorâmico, o discurso não seria universal (como a língua), nem singular/individual (como a fala). Estaria, então, no nível da particularidade, uma vez que é determinado pelas formações ideológicas. “Partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, a AD trabalha a relação língua-discurso-ideologia”. (ORLANDI, 2003, p. 17)

Embora a língua seja condição de viabilidade para o discurso, a contraposição autonomia/dependência também marca a diferença entre língua e discurso para essa vertente da AD. A língua (enquanto gramática, sintaxe, morfologia etc.) é comum a diferentes processos discursivos e, portanto, goza de relativa autonomia, enquanto o discurso inscreve-se no interior das posições ideológicas. Entretanto, não se pode tratar de

uma separação estanque entre língua e discurso, mas de um “recobrimento”, conforme descreveu Pêcheux (1988) em *Semântica e discurso*.

Flexibilizar a estabilidade dessa separação entre língua e discurso também é função da noção de sujeito, que tensiona a história, questiona a transparência da linguagem e assume o lugar de um certo desconhecimento – o inconsciente, na psicanálise. Esse deslocamento da noção de homem para sujeito sublinha a presença do simbólico e da história na produção de sentido. Isso porque, para o círculo de Pêcheux (1988), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia. Mazière (2007, p. 23) reconhece que essa noção não foi trabalhada a contento na AD e pondera que o “sujeito não pode ser apreendido, a não ser nas buscas do analista, em função do seu desígnio interpretativo e de sua posição quanto à língua”.

A partir de uma espécie de linha do tempo, pode-se resumir que a noção de discurso na produção de Pêcheux passou por três momentos. O primeiro deles, considerado a primeira época da AD, abrange do fim dos anos 1960 até meados dos anos 1970 e é caracterizado pela produção pluridisciplinar dos pesquisadores do coletivo intelectual, que integrou nanterrenses, pesquisadores de outras universidades e do CNRS. Nesse período, são analisados com maior ênfase os discursos políticos e inicia-se o processo de questionamento às técnicas linguísticas de Jean Dubois. Em 1968, Pêcheux defendera a tese conhecida como *ADD 69 – Analyse automática do discurso*, cujo termo também é usado para distinguir essa primeira fase da AD, que teve muitos trabalhos publicados na *Cahiers pour l'Analyse*, revista da École Normale Supérieure. (MAZIÈRE, 2007)

De meados ao fim da década de 1970, acontece a segunda fase da AD, cuja especificidade está na fundação da tríade linguística (Saussure, Culioli), História/materialismo histórico (Althusser revisitando Marx) e psicanálise (Lacan revisitando Freud e a noção de sujeito). Aqui, Pêcheux, à luz do materialismo histórico, incorpora e faz apropriações de conceitos como formação discursiva – desenvolvido por Foucault, com base na arqueologia do saber.

A partir dos anos 1980, é delineada a chamada terceira fase da AD, em que Pêcheux abre várias questões sobre as noções de discurso, sujeito, interpretação/leitura, estrutura e acontecimento. As discussões sobre heterogeneidades também ganham fôlego nesse momento:

Para a análise de discursos, todo texto é híbrido ou heterogêneo quanto à sua enunciação, no sentido de que ele é sempre um tecido de ‘vozes’ ou citações, cuja autoria fica marcada ou não, vindas de outros textos preexistentes, contemporâneos ou do passado. (PINTO, 2002, p. 31)

Trabalhar com a heterogeneidade¹⁰ é trazer à cena do debate o autor Mikhail Bakhtin (2002) a partir das noções de polifonia, denominada por alguns de intertextualidade, que pode ser apresentada, *grosso modo*, como a presença direta ou aludida de outros textos no texto em análise; e de dialogismo, que se refere ao fato de que todo texto se constrói a partir do embate com outros.

Vale relembrar que a intenção aqui é localizar o terreno no qual Pêcheux fundamentou a noção de discurso, portanto, a abordagem dos conceitos é limitada por esse intuito. A seguir, ver-se-á essa noção pela perspectiva da sociolinguística, que também foi marcada pela influência do materialismo histórico.

Discurso na sociolinguística

A sociologia, com sua atenção à relação do analista com os atores, com sua interrogação sobre as categorizações e sobre a constituição dos grupos, está em forte interseção com as interrogações dos linguistas acerca das práticas linguísticas localizadas. Daí, vem essa criação que é a ‘Sociolinguística’, bastante desenvolvida, sob

10 Mais adiante, as noções de heterogeneidade, sujeito e ideológico serão abordadas como constituintes do discurso informativo.

diversas formas, nas tradições russas, soviéticas e anglo-saxônicas e sempre muito difícil de se desenvolver na França, não obstante uma diversificação certa e a grande autonomia atual. (MAZIÈRE, 2007, p. 74)

Embora, na França, especialmente nos anos de 1960 a 1970, a AD de linha sociolinguística não tenha tido um desenvolvimento pujante, há produções expressivas, que ainda hoje influenciam estudiosos. Ancorada epistemologicamente na linguística, buscou a superação do estruturalismo, levando em consideração, claro, os fatores sociais, mas com o intuito da caracterização linguística dos grupos.

Jean-Baptiste Marcellesi, um dos principais expoentes dessa linha, defendeu que, na AD da sociolinguística, a História ou a sociologia deveriam, de certo modo, servir à linguística. Dizendo de outra maneira: só deveriam ser acessadas para “oferecer modelos de condições de produção, ou seja, a definição de fatores históricos e sociológicos que determinam o discurso”. (NARZETTI, 2010, p. 63) Assim, caberia à sociolinguística investigar “as condutas linguísticas coletivas que caracterizam grupos sociais, na medida em que elas se diferenciam e entram em contraste na mesma comunidade linguística global”. (MARCELLESI; GARDIN, 1975, p. 18)

Também com base em um referencial marxista, o discurso é analisado a partir das condições de produção, uma vez que são relacionados aos grupos sociais, e há uma busca pelas regularidades entre as estruturas linguísticas e as estruturas sociais. Nos anos 1970, essa linha foi marcada pelos embates entre a tendência formalista e a histórico-sociológica; as discussões sobre o lugar do sujeito freudiano também estiveram presentes, mas faltavam consensos. Nos anos 1980, a intenção de definir o objeto língua pelo aspecto social tornou-se um ponto de convergência entre os pesquisadores. Além disso, o diálogo com autores como Pierre Bourdieu, que trabalhou com as noções de campo e de capitais simbólicos, trouxe novos ares e endossou a abordagem do discurso a partir das condições de produção.

Há que se sublinhar, ainda, a influência na obra de Bourdieu do norte-americano William Labov, cujos textos foram bastante difundidos, na França, pela revista *Actes de la recherche en sciences sociales*, fundada, em 1975 pelo próprio Bourdieu, que também a dirigiu por mais de três décadas. (WACQUANT, 2002) Fundador da sociolinguística variacionista, Labov iniciou suas pesquisas gravando entrevistas com pessoas e, depois, observando suas falas. Assim, percebeu que as falas cotidianas envolviam muitas variações linguísticas, com as quais a teoria padrão não estava preparada para lidar. (LABOV, 2007) “Bourdieu encontra nas pesquisas de Labov, evidências empíricas do sistema de valores que regulamentam a avaliação dos diferentes usos sociais, sistema reconhecido inclusive por aqueles que não dominam a língua legítima”. (GRILLO, 2003, p. 51) Entretanto, ele acusa o sociolinguista norte-americano de não abordar de forma contundente a influência da estrutura social sobre os diferentes usos linguísticos. Nesse ponto, Bourdieu solicita uma atenção diferenciada à dimensão extralinguística do discurso. Se a AD aborda a linguagem, a partir da mobilização de conceitos das diferentes ciências sociais, a sociologia de Bourdieu:

[...] pode fornecer aportes teóricos importantes para compreender como as práticas sociais constituem e são constituídas pela materialidade linguística, a qual, porém, não se reduz aos determinismos sócio-político-econômicos, caracterizando-se [...] em uma ordem de coerções própria. (GRILLO, 2003, p. 56)

Numa perspectiva distinta da sociolinguística e em pleno desacordo com o materialismo histórico, tem-se as contribuições de Michel Foucault à AD.

Discurso em Foucault

As formulações que Michel Foucault desenvolveu acerca de enunciado, discurso e formação discursiva remetem ao saber, e não às

representações ideológicas, pois estão localizadas no interior de uma arqueologia do saber.

Para esse autor, o discurso é uma dispersão, cujas regras de formação permitem apreendê-lo. Essas regras são objetos que se transformam num “espaço comum” discursivo; referem-se aos diferentes tipos de enunciação que podem estar presentes no discurso; aos conceitos que, num campo discursivo, tanto surgem quanto se transformam; e, por fim, aos temas e teorias que podem dar conta de uma formação discursiva. Essas regras que compõem o discurso determinam, caracterizam e dão singularidade à formação discursiva, permitindo, então, a passagem do discurso da dispersão para a regularidade. (BRANDÃO, 2004, p. 28)

Para Foucault (2010, p. 132), ainda que formado por signos, o discurso deve ser compreendido como “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva”, o que legitima falar em discurso jurídico, discurso religioso, discurso econômico etc. O autor concebe o enunciado como a unidade elementar, básica, que forma um discurso. Ele destaca ainda que o enunciado pertence a uma formação discursiva, local do qual advém também sua regularidade, e distingue enunciado de frase, quando atesta que a regularidade da frase é concedida pelas leis da língua. Sobre formação discursiva, registra:

Ora, o que se descreveu sob o nome formação discursiva constitui, em sentido estrito, grupos de enunciados, isto é, conjuntos de *performances* verbais que não estão ligados entre si, no nível das *frases*, por laços gramaticais (sintáticos ou semânticos); que não estão ligados entre si no nível das *proposições*, por laços lógicos (de coerência formal ou encadeamentos conceituais); que tampouco estão ligados no nível das *formulações*, por laços psicológicos (seja a identidade da forma das consciências, a constância das mentalidades, ou a repetição de um projeto); mas que estão ligados no nível dos enunciados. (FOUCAULT, 2010, p. 131-132, grifo do autor)

E, numa estratégia de síntese argumentativa, ainda no livro *A arqueologia do saber*, Foucault (2010, p. 132, grifo do autor) esclarece:

[...] a formação discursiva é o sistema enunciativo geral ao qual obedece um grupo de *performances* verbais – sistema que não o rege sozinho, já que ele obedece, ainda, e segundo suas outras dimensões, aos sistemas lógico, linguístico, psicológico. O que foi definido como ‘formação discursiva’ escande o plano geral das coisas ditas no nível específico dos enunciados.

Entre enunciado, discurso e formação discursiva, costura-se uma relação intrínseca, uma vez que a formação discursiva não consiste em condição de possibilidade para o enunciado, mas uma lei de coexistência. Em troca, ao enunciado é dada uma certa identidade, pois “não são elementos intercambiáveis, mas conjuntos caracterizados por sua modalidade de existência” (FOUCAULT, 2010, p. 132) – os conjuntos referidos são discursos.

Pensar o discurso pelo prisma do saber é supor que a sua produção numa sociedade é “ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. (FOUCAULT, 2004, p. 8-9) Em sua aula inaugural no Collège de France, em 1970, o cientista apresentou as dimensões do discurso que põem em jogo o poder e o desejo. Em diálogo com a psicanálise, ponderou que o discurso “não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto de desejo”. E, a partir de um sobrevoo pela História, argumentou que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. (FOUCAULT, 2004, p. 10)

Se o discurso põe em jogo o poder e o desejo, consequentemente, ele articula duas faces de uma mesma moeda: inclusão e exclusão.

Assim, entre os sistemas de exclusão e controle que atingem o discurso, Foucault destaca: 1. a palavra proibida (interdição); 2. a segregação da loucura (oposição razão e loucura); e 3. a vontade de verdade (oposição verdadeiro e falso). Ao apontar esses limitadores do processo discursivo, ele explica que os sistemas citados se exercem em movimento do exterior para o interior.

Conduzido pela questão do saber, Foucault sublinha o terceiro dos três sistemas de exclusão e questiona qual é essa vontade de verdade que se manifesta em nossos discursos através dos séculos e que rege nossa vontade de saber. Ele destaca ainda que a força dessa busca pela verdade/pelo saber está ancorada também nas instituições:

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como a sociedade dos sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. (FOUCAULT, 2004, p. 17)

O estudioso francês completa sua reflexão ponderando que a vontade de verdade, assentada em um suporte e distribuída por uma rede de instituições, tende a exercer sobre os outros discursos sociais uma espécie de pressão, de coerção. Assim, está valorizada a supremacia da busca pela verdade ou da busca pelo saber. Volta-se, aqui, à noção de FD, a fim de inferir que, na perspectiva foucaultiana, cada FD se atém, de certo modo, a um campo do saber, a uma forma de busca pela verdade. Se entre a FD e o enunciado é dada uma condição de coexistência, tem-se que a formação discursiva particulariza os discursos, o que legitima, como posto anteriormente, a falar em discurso médico, jurídico, econômico, político etc.

Charaudeau e Maingueneau (2004), entretanto, destacam que a noção de formação discursiva conserva grande instabilidade em função de sua dupla origem no quadro da análise de discurso, uma vez que foi introduzida por Foucault e reformulada por Pêcheux. Ao abordar a formação discursiva, Foucault “procurava contornar as unidades tradicionais como ‘teoria’, ‘ideologia’, ‘ciência’, para designar conjuntos de enunciados que podem ser associados a um mesmo sistema de regras, historicamente determinadas”. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 241) Aqui, a formação discursiva é caracterizada, simultaneamente, em termos de dispersão, de raridade, de unidade dividida e de sistema de regras. Essa ampla caracterização não comporta “um procedimento de análise do discurso que não poderia dissociar formação discursiva e estudos das marcas linguísticas e da organização textual”. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 241)

É com Michel Pêcheux, sob a perspectiva teórica do marxismo althusseriano, que a noção é acolhida na AD. Mas, no final dos anos 1970, o próprio Pêcheux e outros pesquisadores revisitam-na, mostrando que uma formação discursiva não é um espaço estrutural fechado, uma vez que é invadida por elementos de outras formações discursivas. Registra-se, então, uma inerência com a ideia de interdiscurso. De maneira geral, Charaudeau e Maingueneau (2004) mostram duas formas de apreensão da formação discursiva: 1. uma concepção *contrastiva*, na qual cada uma mantém sua autonomia em relação às outras; e 2. uma concepção *interdiscursiva*, a qual só concebe a constituição e manutenção da formação discursiva pelo interdiscurso.

Atualmente, a tendência é usar a formação discursiva, preferencialmente, para discursos políticos e religiosos. A noção carrega o legado de desconsiderar as situações de comunicação em favor de um caráter doutrinário. Charaudeau e Maingueneau (2004) atribuem o recuo em relação à noção ao crescente interesse por *corpora* não doutrinários. Entretanto, eles alertam para o perigo de um descaso em relação ao termo, o qual pode ser bastante produtivo para numerosos *corpora*, caso seja bem definido.

Voltando às reflexões sobre a noção de discurso em Foucault, vale lembrar que a preocupação com a formação discursiva como regra para construção da área do conhecimento diz respeito à fase inicial do seu trabalho arqueológico. Nos últimos estudos de caráter genealógico, os questionamentos se deslocaram para as relações entre o conhecimento e o poder. Já no final da produção acadêmica, o filósofo direcionou sua atenção para a ética. Em toda sua obra, entretanto, há uma dedicação ao estudo do discurso. Ele buscou ir além da hermenêutica e do estruturalismo, “preocupou-se com as práticas discursivas como constitutivas do conhecimento e com as condições de transformação do conhecimento em uma ciência, associadas a uma formação discursiva”. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 62) A ênfase foucaultiana “é sobre as ‘condições de possibilidade’ do discurso”. (ROBIN, 1973, p. 83 apud FAIRCLOUGH, 2001, p. 63)

Centros de pesquisa contemporâneos sobre discurso e mídia na França

Até aqui, foi apresentado, de forma panorâmica e resumida, como as principais linhas basilares à chamada AD francesa – Pêcheux, sociolinguística e Foucault – construíram a noção de discurso a partir de seus respectivos esteios epistemológicos. Conforme explicitado anteriormente, a proposta é elucidar os pontos de partida, os lugares dos quais falaram alguns estudiosos que contribuíram para a constituição da AD. Vale ressaltar, todavia, que as questões do analista e o seu *corpus* irão direcioná-lo ao aporte teórico indicado e a seus respectivos autores e metodologias, permitindo a delimitação de um dispositivo analítico.

A AD não se dispõe à busca da melhor interpretação, nem do sentido verdadeiro, pois teoriza a interpretação, revelando seus limites. (ORLANDI, 2003) Os mecanismos interpretativos devem ser expostos como parte do processo de significação. Dessa forma, *a priori*, as respostas encontradas estarão em coerência com a questão feita e, assim, para questões distintas, haverá respostas também diferentes. Orlandi

(2003) destaca a existência do dispositivo teórico (sustenta-se em princípios gerais da AD enquanto uma forma de conhecimento com seus conceitos e métodos) e do dispositivo analítico; o segundo é individual e construído a partir da questão do analista.

O ponto de vista de que as diferentes perspectivas da AD podem ser acionadas com base na questão do analista confirma a ineficácia de tentar estabelecer qual a melhor abordagem ou linha de pesquisa. Retomar a origem e os processos de desenvolvimento da área, na França, permite desenhar as margens que conduziram aos estudos que se têm na contemporaneidade.

Hoje, nesse país, de acordo com Mazière (2007), destacam-se três centros de estudos em análise de discurso. O primeiro é o Centre d'Études des Discours, Images, Textes, Écrits, Communications (Ceditec), alocado na Universidade de Paris 12, comporta pesquisadores de ciências da informação e comunicação, ciências da linguagem e da educação, sociologia, filosofia e ciências políticas. O discurso é a base de trabalho do centro, que desenvolveu o Textopol, um dispositivo de recursos computacionais para a análise do discurso político.

O segundo, Centre de Recherches sur les Discours Ordinaires et Spécialisés (Cediscor), da Universidade da Sorbonne Nouvelle (Paris 3), foi criado a partir de um projeto de Sophie Moirand e tem como desafio a articulação entre o fato linguístico e o fato social. Dedicase aos discursos produzidos em espaços institucionais, mas também recorre aos conceitos linguísticos, argumentativos e retóricos como instrumentos de análise. Tem uma publicação regular temática - *Les Carnets du Cediscor*.

E o terceiro centro referendado por Mazière é o Centre d'Analyse du Discours, o CAD, da Universidade de Paris 13, fundado e dirigido por Patrick Charaudeau, que “pratica uma análise semiótica dos discursos sociais (principalmente por meio dos suportes midiáticos), reunindo as ciências da linguagem, a psicossociologia, as ciências da informação e da comunicação”. (MAZIÈRE, 2007, p. 105) O centro desenvolve, desde a década de 1980, uma metodologia que estuda os processos de

produção e recepção em diferentes manifestações semiológicas – verbal, visual e gestual. Para o fundador do CAD, as ciências humanas e sociais só podem interpretar e descrever o mundo a partir de uma ação cooperativa entre as diferentes disciplinas. Segundo Charaudeau (2012a), é a análise, a partir da reunião de diferentes disciplinas, que define a comunicação nas mídias como fenômeno social. “Mas sem ingenuidade. O objeto da ciência também é construído, e o discurso explicativo que o acompanha é pertinente tão somente a seus próprios pressupostos teóricos”. (CHARAUDEAU, 2012a, p. 29)

As reflexões expostas neste livro são tributárias da perspectiva e da metodologia desenvolvida no CAD, uma vez que os discursos midiáticos e, especialmente, o discurso informativo figuram entre as preocupações de Charaudeau e seus parceiros. Esses autores buscaram superar as análises imanentes e encontraram pouso na semiótica social, na qual as noções de informação, discurso e enunciação são indissociáveis.

As teorias e metodologias da AD vêm sendo desenvolvidas sobre/com os alicerces da semiologia ou da semiótica. No entanto, a herança do estruturalismo, que marcou essa disciplina, é relegada quando se adotam termos como “semiótica social e seus objetos sociodiscursivos” ou “semiologia dos discursos sociais”. Para Eliseo Verón (1987, 1998, 2004, 2013), que trabalhou em universidades francesas da década de 1970 até 1995,¹¹ a sociossemiótica ou a “teoria dos discursos sociais” deve transpor as limitações da pragmática, ultrapassando o domínio dos enunciados linguísticos para abarcar os discursos sociais como

11 A carreira do filósofo e semiólogo argentino Eliseo Verón, na França, começou em 1961, quando estudou no seminário de antropologia social do Collège de France, com Claude Lévi-Strauss – Verón foi o tradutor de *Antropologia estrutural* para o castelhano. No ano seguinte, ele participou do seminário de Roland Barthes, na Escola Prática de Altos Estudos. Voltou à Argentina para dirigir o Centro de Pesquisas Sociais do Instituto Di Tella e o Departamento de Sociologia da Universidad de Buenos Aires (UBA). Fundou a revista *Lenguajes* com os semiólogos Oscar Steimberg e Oscar Traversa. Em 1970, retornou à França, onde permaneceu até 1995. Ministrou aulas, alternadamente, nas universidades de Bordeaux, Bayonne e Paris. Em 1985, doutorou-se na Universidade de Paris 8, na especialidade de linguística. Ali, foi diretor do mestrado em Ciências da Informação e Comunicação.

constitutivos de matérias significantes heterogêneas. Além disso, a pragmática aborda os enunciados fora de todo e qualquer contexto discursivo e do contexto situacional real, enquanto a sociosemiótica pretende dar conta das condições de produção e de reconhecimento do discurso – dois polos do sistema produtivo de sentido. Se para a pragmática vale o estudo de diversos enunciados e de suas possíveis situações de enunciação, a sociosemiótica adota um caminho inverso: “origina-se dos discursos sociais e pretende compreender suas propriedades e seu funcionamento numa sociedade determinada, considerando, também, que seu *status* de objetos sociais determina os restantes níveis de sentido”. (ALSINA, 2009, p. 21)

A teoria dos discursos sociais (VERÓN, 1987) está amparada numa dupla hipótese: toda produção de sentido é necessariamente social e todo fenômeno social é um processo de produção de sentido. Assim, “só no nível da discursividade o sentido manifesta suas determinações sociais e os fenômenos sociais revelam sua dimensão significante”.¹² (VERÓN, 1987, p. 126, tradução nossa) Em outras palavras, a sociosemiótica, ao abordar a produção, a circulação e o consumo dos discursos, empreende um esforço para estudar a construção do real, pois a realidade social é construída na semiose. (BRAGA, 2008)

No livro *La semiosis social 2: ideas, momentos, interpretantes*, Eliseo Verón (2013, p. 118), em diálogo com Culioli (2010), pondera que:

as relações do discurso com suas condições de produção, por um lado, e condições de reconhecimento, por outro, ‘supõem processos cognitivos que não são inacessíveis e que remetem, por definição, a regulações (linguísticas e não linguísticas) entre os atores, articulados a múltiplas redes institucionais’.¹³

12 “sólo en el nivel de la discursividad el sentido manifiesta sus determinaciones sociales y los fenómenos sociales develan su dimensión significante”.

13 “Las relaciones de un tipo de discursividad con sus condiciones de producción, por un lado, y con sus condiciones de reconocimiento, por otro lado, suponen procesos cognitivos que

O semiólogo relembra que o caminho possível para trabalhar os discursos é, em primeiro lugar, reconhecê-los como objetos históricos e, portanto, conviver com a constatação de que a abordagem será sempre incompleta. No discurso, faz-se necessário identificar e “conceitualizar as configurações dos vestígios deixados pelas operações cognitivas, as quais teremos que postular na forma de gramáticas discursivas, incompletas e fragmentárias”.¹⁴ (VERÓN, 2013, p. 118)

Nesse âmbito, a atenção não se atém ao enunciado, mas à enunciação e suas implicações. Trata-se “de estudar não somente os sinais, nem os discursos, mas os processos de produção, circulação e consumo da comunicação”. (ALSINA, 2009, p. 22) Afinal de contas, o objeto sociodiscursivo é “historicamente atravessado por fatores espaciais, temporais, institucionais e políticos”. (SODRÉ, 2009, p. 26) Seu estudo sempre remete a aspectos extratextuais. Analisar discursos é, pois, não perder de vista dois aspectos: o social, evitando a ilusão da unidade da consciência subjetiva, e a complexidade dinâmica da semiose, que não cabe nas perspectivas calcadas em estruturas e sistemas. (VERÓN, 2013)

Neste capítulo, a proposta do roteiro foi conduzir da noção de discurso à de discurso social; assim, partiu-se das perspectivas fundadoras da AD, desenvolvidas por teóricos franceses, para se chegar a três centros de estudos mais contemporâneos, como o CAD, de Charaudeau. Foi sinalizado, portanto, que o domínio da AD, acerca de como é construído o sentido discursivo, é o lugar do qual se olha para a preocupação sobre a configuração do discurso informativo na relação entre assessoria de imprensa e redação jornalística. Nessa direção, no próximo capítulo, o percurso contempla as especificidades do discurso informativo, relembrando que a proposta é enxergar para além das fronteiras da AD.

nos son inaccesibles y que además reenvían, por definición, a regulaciones (lingüísticas y no lingüísticas) entre los actores, articulados a múltiples redes institucionales”.

- 14 “Para trabajar con los objetos discursivos, no tenemos otro camino que el de conceptualizar e identificar las configuraciones de huellas que, en el discurso, han dejado operaciones cognitivas que tendremos que postular bajo la forma de gramáticas discursivas, incompletas y necesariamente fragmentarias, porque se trata de objetos históricos”.

INFORMAÇÃO

O DISCURSO NAS NUANÇAS DO SABER E DA SEDUÇÃO

INFORMAR: “PURA ENUNCIAÇÃO”

Ao afirmar que a informação é “pura enunciação”, Charaudeau (2012a) declara, peremptoriamente, a necessidade de pensá-la enquanto processo comunicativo, num viés da produção discursiva. Ele diz que a informação constrói saber, o qual “depende ao mesmo tempo do campo de conhecimento que o circunscreve, da situação de enunciação na qual se insere e do dispositivo no qual é posta em funcionamento”. (CHARAUDEAU, 2012a, p. 36) Antes de dar continuidade à reflexão proposta pelo fundador do CAD e contornar as especificidades do discurso informativo, é importante trazer à cena os conceitos de enunciado e enunciação. Esses, além de constituírem importantes guias ao processo interpretativo, também mobilizam outras noções, caras à AD.

Atendendo à proposta de ir além da interpretação semântica dos conteúdos para abarcar como e por que o texto diz e mostra, autores como Émile Benveniste, Antoine Culioli e Oswald Ducrot dedicaram-se à teoria da enunciação francesa, uma das abordagens que suplanta a descrição da estrutura interna das frases para conceber o uso da linguagem em contextos. (PINTO, 2002, p. 26) “Na enunciação nós consideramos sucessivamente o próprio ato, as situações onde ele se realiza e os instrumentos da sua efetivação”. (BENVENISTE, 1974, p. 81) O autor sugere a enunciação como um trabalho relacional, à mercê de um feixe de situações.

E o que diferencia enunciação de enunciado? “Enunciação é o ato de produção de um texto e se opõe a enunciado, que é o produto cultural produzido, o texto materialmente considerado”. (PINTO, 2002, p. 32) É o “acontecimento constituído pela aparição de um enunciado”. (DUCROT, 1987, p. 179) Aqui, a noção é exposta a partir da concepção discursiva, que vai abordar a enunciação como “acontecimento em um tipo de contexto e apreendido na multiplicidade de suas dimensões sociais e psicológicas”. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 193) Neste livro, essa concepção será priorizada em relação ao âmbito linguístico, no qual a enunciação é um conjunto de operações formadoras do enunciado, “o conjunto de atos que o sujeito falante efetua para construir, no enunciado, um conjunto de representações comunicáveis”. (RELPREND, 1990, p. 792 apud CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 194) Numa visão considerada “ampla”, a linguística busca abarcar as relações que ocorrem entre o enunciado e o quadro enunciativo, mas, ainda assim, não retira de cena um direcionamento inicial que visualiza a enunciação como colocação da língua em funcionamento individual.

Entretanto, apreender a enunciação numa concepção discursiva é vislumbrar que:

- enunciação e enunciado constituem o discurso como duas faces de uma mesma moeda;

- discurso é efeito de sentido entre enunciadores; e
- o sentido não existe em si, mas em “relação a”.

Afinal de contas, o sentido é intradiscursivo e extradiscursivo e está também nas condições em que o texto é produzido e recebido, escapulindo às intenções do sujeito.

Assim, a enunciação ocorre em determinadas circunstâncias,¹ localizadas no contexto, o qual pode ser dividido em três níveis: contexto situacional imediato, contexto institucional e contexto sociocultural amplo. Nesse ponto, são necessárias algumas pontuações sobre a noção de contexto. Já se considera que a intervenção deste na comunicação se dá sob a forma de “saberes” e “representações”. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004) A relação dialética entre texto e contexto é outro ponto que merece destaque, uma vez que o discurso é condicionado pelo contexto, mas também seu transformador. Analisando a interação discurso/contexto por um ângulo dialético, tem-se uma relação circular e reiterativa entre ambos, caracterizada por movimentos espiralados, uma vez que se leva em conta o devir da vida, as mudanças nos discursos e na sociedade. Dijk (1990, 1993) propõe uma visão dinâmica e processual do contexto, destacando sua importância tanto para a produção quanto para a recepção de enunciados.

A partir do contexto, são caracterizadas as condições de produção do discurso, as quais só podem ser tratadas como tal se deixarem nele suas marcas. (VERÓN, 2004) Nesse ponto, vale a pena destacar duas abordagens no que tange às circunstâncias de enunciação e condições de produção. As definições mais empíricas de condições de produção tendem a associá-las às circunstâncias ou situações de enunciação do

1 A definição empírica das circunstâncias ou situação de enunciação é, muitas vezes, tratada como condição de produção. Essa abordagem é recorrente no chamado conjunto de “definições empíricas” das condições de produção. (COURTINE, 1981) Mas as definições de condições de produção também se coadunam com o conceito de formação discursiva tanto na acepção foucaultiana quanto na leitura feita por Pêcheux e seus seguidores, na qual a formação discursiva está inserida numa formação ideológica.

discurso. Numa outra abordagem, a condição de produção é considerada em sentido estrito e também amplo. Em sentido estrito, refere-se à circunstância de enunciação ou contexto imediato; já no sentido amplo, as condições de produção dizem respeito ao contexto sócio-histórico-cultural. Numa tentativa de criar um percurso, uma costura entre os três conceitos, tem-se que, de maneira mais geral, os contextos são geradores de condições de produção dos discursos, dos quais advêm as circunstâncias de enunciação. Essas noções, entretanto, são marcadas por muitas nuances e abordagens distintas, de acordo com os aparatos epistemológicos dos pesquisadores.²

O fato é que, suscitada nos/pelos contextos, a enunciação congrega três dimensões que vão versar sobre a heterogeneidade, o sujeito, o ideológico e o poder. Esses elementos, todavia, convergem para o sujeito e a necessidade de responder à pergunta “a quem atribuir a responsabilidade por tal ou tal representação reconhecida em um texto?”. (PINTO, 2002, p. 32)

DOS ELEMENTOS E OPERADORES DA ENUNCIÇÃO

Heterogeneidade

Expor sobre esse tema é reconhecer que todo texto é híbrido ou heterogêneo e, conseqüentemente, deitar por terra o postulado da unicidade do sujeito, fragilizando a posição do autor empírico como único responsável pelas representações contidas no texto. A heterogeneidade enunciativa manifesta-se na intertextualidade,³ que pode

2 Neste livro, será usada a noção de condições de produção de Verón (1987, 1998, 2004, 2013), uma vez que impõe certos direcionamentos à noção de contexto, possibilitando melhor abordagem analítica da construção do discurso. Para que algo seja designado como condição de produção, é preciso que tenha deixado rastros no discurso.

3 A AD também recorre ao conceito de polifonia, de Mikhail Bakhtin (2002), que diz respeito ao fato de o texto (poder) veicular muitos pontos de vista, diferentes “vozes”. A noção, bastante recorrente nos anos 1920, foi recuperada na França, na segunda metade do século passado, especialmente a partir das pesquisas de Oswald Ducrot (1987). A maleabilidade

ocorrer em dois planos. A heterogeneidade mostrada consiste na citação explícita ou alusão a outros textos localizável pelo receptor/leitor e a heterogeneidade constitutiva ou interdiscurso é o “entrelaçamento no texto presente de vestígios de outros textos pré-existent”, muitas vezes sem referência direta e “segundo restrições sócio-histórico-culturais sobre as quais o(s) autor(es) empírico(s) do texto não tem controle”. (PINTO, 2002, p. 31)

O interdiscurso, portanto, consiste em um processo diacrônico, pois ressalta o caráter fundamentalmente dialógico de todo enunciado com enunciados anteriores, produzidos na história de uma formação social. (SOUZA, 2006) Na linha de Pêcheux, o interdiscurso está associado à memória discursiva, um já dito que possibilita a compreensão e o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia. Ou seja, “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”. (ORLANDI, 2003, p. 31)

A tessitura de todo dizer ocorre na confluência da memória (constituição) com a atualidade (formulação). É no trâmite desse jogo que são gerados os sentidos. Assim, há uma relação entre o interdiscurso – que está no nível da constituição do sentido e refere-se ao já dito – com o intradiscurso – que envolve o nível da formulação discursiva, ou seja, o que se está dizendo. Courtine (1984) demonstra a relação inter/intra, buscando a metáfora do gráfico, no qual o interdiscurso é um eixo vertical, em que estão alocados todos os dizeres já ditos, e o eixo horizontal é o intradiscurso, o da formulação, aquilo que está sendo dito naquele momento dado, em condições dadas. Em outras palavras, eis aqui uma relação entre o paradigmático e o sintagmático.⁴

da noção de polifonia ancora sua aplicação em diferentes contextos – polifonia linguística, polifonia na análise de discurso e polifonia literária. Pinto (2002) coloca os conceitos de polifonia e intertextualidade num mesmo patamar e diz que a polifonia/intertextualidade pode ocorrer no plano da heterogeneidade mostrada ou da heterogeneidade constitutiva ou interdiscurso.

- 4 Para ilustrar as relações sintagmáticas e paradigmáticas, será usado um exemplo no nível lexical ou gramatical do signo, mas alertando para a intenção pedagógica da explicação, uma vez que tais relações suplantam esse nível. Na linguística de Ferdinand de Saussure, as

O entrelaçamento entre os discursos – seja na heterogeneidade mostrada ou na constitutiva – determina condição *sine qua non* para a elaboração discursiva. A estas conexões, Mikhail Bakhtin (2002) denominou dialogismo, referência ao fato de que o discurso só pode ser construído no embate com outros discursos. Amiúde, o intradiscurso (a formulação) solicita a interdiscursividade e também depende desta. É pelo funcionamento do interdiscurso que a exterioridade é lançada no interior do discurso.

Explicitar as formas de heterogeneidade do discurso é apontar algumas das suas condições de produção, uma vez que, analiticamente, a enunciação é agarrada pelo mapeamento das condições de produção, que compreendem, num olhar panorâmico, situações e sujeitos.

Sujeito

Localizar, nos textos, os sujeitos do enunciado e da enunciação – enunciador e coenunciador – é a tentativa de apreender as diferentes posições ou posicionamentos, discursos que se atraem ou se opõem. É a busca também por mapear lugares de fala e analisar a construção da representação de uma prática social ou área do conhecimento.

relações sintagmáticas opõem-se às relações associativas – o autor não fala em relações paradigmáticas. Os estruturalistas propõem a distinção entre eixo sintagmático (eixo horizontal de relações de sentido entre as unidades da cadeia falada, que se dão em presença) e eixo paradigmático (eixo vertical das relações virtuais entre as unidades comutáveis, que se dão em ausência). No primeiro eixo, abrem-se as relações que pertencem ao domínio da fala – por exemplo, os elementos que constituem o enunciado “Antônia vai viajar” numa relação sintagmática. O segundo eixo pertence ao domínio da língua – por exemplo, “viagem” pode estar em relação paradigmática com “passagem”, “viajante”, “meios de transporte”, “aeroporto”, “rodoviária” – ou com outros termos, a depender do tipo de relação estabelecido –, mas apenas um desses elementos pode ser válido no enunciado produzido. Nesse caso, todas as palavras podem ser comutáveis, dependendo do contexto e da natureza do enunciado. Assim, no enunciado “Antônia vai viajar”, pode-se substituir o elemento “vai” por “quer”, “detesta”, “adora” etc.; e o elemento “viajar” pode ser mudado por “comer”, “escrever”, “ler” etc. Diz-se que todos esses elementos comutáveis estão em relação paradigmática.

À diferença do autor empírico, que fisicamente produziu o texto, o sujeito do enunciado – narrador, emissor ou locutor –, geralmente, assume o pronome “eu” e é apresentado no enunciado como responsável pelo dito. Mas o narrador ou emissor de um enunciado pode trazer à cena um ou mais enunciadores. O conjunto destes, dos quais o emissor se apropria, define a imagem ou lugar enunciativo do próprio emissor. A essa imagem dá-se o nome de sujeito da enunciação ou enunciador. (PINTO, 2002; FIORIN, 2006)

Sob as coordenadas da semântica de percurso gerativo do sentido, Fiorin (2006, p. 55) é didático ao lembrar que enunciação é “o ato de produção do discurso, é uma instância pressuposta pelo enunciado – produto da enunciação. Ao realizar-se, ela deixa marcas no discurso que constrói”. Com base nessa definição, o autor sintetiza a enunciação como a instância de um eu-aqui-agora e destaca que o “eu”, instaurado no ato de dizer, reclama a presença do tu, pois ambos vão constituir os sujeitos da enunciação – enunciador e coenunciador.

Dando continuidade à reflexão, mas deslocando-a de uma possível visão imanentista, provocada pela semântica gerativa, deve-se lembrar que a todo processo de produção corresponde um processo de reconhecimento. Assim, para o autor empírico, há o público ou audiência – indivíduos de carne e osso que vão interpretar o texto. Desse conjunto referido como público, sobressaem-se aqueles que vão se identificar, talvez apenas parcialmente, com os personagens a quem o emissor se dirige, representando-os pelos pronomes “tu” e “você” – ou melhor, coemissores. Para “essa imagem ou lugar que o(s) coemissor(es) assume(m) ao se reconhecer nos enunciadores a ele atribuídos pelo emissor” (PINTO, 2002, p. 35) dá-se o nome de coenunciador. Nesse ponto, coloca-se em relevo que os sujeitos da enunciação (enunciador e coenunciador) são imagens construídas no/pelo discurso.

Se o discurso é uma arena de luta, na qual saber e poder são construídos na relação entre enunciador e coenunciador, o ideológico e o poder constituem importantes elementos da enunciação.

Ideológico e poder

Tratar da semiose social e, portanto, dos discursos enquanto objetos socioculturais é promover articulações com as dimensões do ideológico e do poder. Na análise, a aderência a uma noção ou outra, ou a imbricação de ambas, revela, geralmente, quais são os referenciais teórico-metodológicos do analista. A ideologia, enquanto mecanismo de investimento de sentido em matérias significantes, constitui o norte das pesquisas nas linhas de Pêcheux e da sociolinguística. Já os estudos sobre os discursos e as relações de poder são presenças constantes nos trabalhos dos foucaultianos. Nesse tópico, serão apontados autores que trabalham com a noção de ideologia numa perspectiva ainda influenciada pelo marxismo e, em contrapartida, Eliseo Verón, que trata as instâncias do ideológico e do poder como constitutivas das condições de produção e reconhecimento do discurso.

Na contemporaneidade, autores como Norman Fairclough e Dijk, pesquisadores que integram a chamada análise crítica do discurso de cunho marxista e foucaultiano, desenvolvem seus estudos a partir da noção de ideologia. Fairclough (2001) reconhece a importância da noção de Louis Althusser (1980) sobre ideologias para a AD, mas pondera a possibilidade de o sujeito transcender o ideológico de uma sociedade:

As ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com base na classe, no gênero social, no grupo cultural, e assim por diante, e, à medida que os seres humanos são capazes de transcender tais sociedades, são capazes de transcender a ideologia. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 121)

Fairclough discute sobre a naturalização das ideologias. Todavia, a sociedade, enquanto organismo pulsante e em constante transformação, através das práticas discursivas, pode remodelar discursos e também ideologias. Nas palavras do autor:

As ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o *status* de

‘senso comum’; mas essa propriedade estável e estabelecida das ideologias não deve ser muito enfatizada, porque minha referência a ‘transformação’ aponta a luta ideológica como dimensão da prática discursiva, uma luta para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações de dominação. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117)

O pesquisador destaca ainda que os discursos são investidos ideologicamente em graus diferenciados. No mais, referencia como equivocada a rígida oposição entre “conteúdo” ou “sentido” e forma, uma vez que os aspectos formais do texto também podem ser modulados ideologicamente. (FAIRCLOUGH, 2001)

Por seu turno, Dijk (1993), ao considerar a notícia enquanto prática discursiva e propor para ela métodos de análise em jornais impressos, reitera que a AD não se limita à análise textual, mas envolve também os contextos sociais, culturais, históricos e cognitivos. O autor relembra que a produção de sentido é o objetivo do emissor e do destinatário de um discurso e que o conhecimento social é feito a partir da comunhão de espécies de roteiros, *scripts* usados pelos interlocutores para criar elos entre as proposições do texto e os conceitos, chamados por ele de *icebergs* semânticos. O termo se refere ao fato de que o texto expressa apenas uma parte visível, o acesso ao que está submerso carece de um arcabouço sociocultural, construído historicamente. Segundo o pesquisador, o que está submerso, o não dito, oferece pistas para acessar os aspectos ideológicos. Nessa perspectiva, a produção de sentido depende do referencial de conhecimento de mundo e opiniões.

Para dar conta dos aspectos ideológicos, Dijk contempla aspectos da cognição social e contextos socioculturais e dedica esforços a uma análise de caráter semântico textual da notícia, trabalhando noções como coerência local e global. A primeira refere-se à coerência entre as proposições; já a segunda diz respeito ao texto enquanto conjunto, unidade semântica, o que, intuitivamente, é tratado como tema, mas

teoricamente pode ser descrito como macroproposição semântica. Os temas, por sua vez, organizados de forma esquemática no texto, determinam a superestrutura da notícia. Segundo Dijk (1993, p. 141-143), a ênfase específica em determinados temas e a organização da superestrutura esquemática de uma reportagem têm consequências ideológicas. O autor insiste ainda no entendimento de que as opções estilísticas também têm implicações ideológicas. O estilo, entendido como uma variável do discurso que se altera em função do contexto, é uma escolha feita pelo falante, que tem implicações sociais porque pode assinalar, por exemplo, a posição do repórter. (CORREIA, 2011, p. 47) “Em suma, em diferentes níveis de análise, os da semântica global e local, os esquemas de notícias e o estilo, observamos um modelo coerente de aspectos discursivos que pressupõem a posição ideológica”.⁵ (DIJK, 1993, p. 144, tradução nossa) O pesquisador relembra que a análise ideológica requer, além da descrição do texto, o estudo do contexto⁶ e das representações e estratégias cognitivas utilizadas na produção e compreensão, por exemplo, da notícia.

Ao separar o termo “ideo-lógico”, Pinto (2002, p. 46) ressalta as nuances da argumentação e da retórica, embutidas nas ideias que, socialmente, consagram “um repertório de conteúdos, opiniões, atitudes ou representações” que interpelam o sujeito por meio de matérias significantes. E completa:

O ideo-lógico de cada discurso é apenas uma pequena parte do que se chama *ideologia* ou *formação ideológica* – uma família de

5 “En suma, en diferentes niveles de análisis, los de la semántica global y local, los esquemas de noticias, y el estilo, observamos un modelo coherente de aspectos discursivos que presuponen la posición ideológica”.

6 Van Dijk contribuiu para uma noção mais dinâmica de contexto, pois sustenta que este desempenha papel fundamental tanto no que diz respeito às atividades de produção quanto às de interpretação. Entretanto, o analista não deve concluir que o discurso é interpretável apenas se o destinatário tem acesso a todas as informações contextuais, pois, para o pesquisador, nem todas essas informações são relevantes no mesmo nível e algumas delas estão inscritas no texto como índices de contextualização. Ver mais em: Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 127-128).

ideológicos historicamente determinados e capazes de semantizar matérias significantes muito diferentes na sociedade: textos verbais orais ou escritos, comportamentos, programas de rádio e televisão, filmes, os espaços onde vivemos, etc. (PINTO, 2002, p. 45-46)

Já em seus estudos na AD, o cientista Charaudeau, que vem se dedicando especialmente aos discursos midiáticos, prefere não se vincular à busca de ideologias no discurso para evitar uma certa perversão na cientificidade da investigação, porém afirma orientar-se por um processo de interpretação que implique uma crítica social, cujo resultado “faça descobrir o não dito, o oculto, as significações possíveis que se encontram por trás do jogo das transparências”. (CHARAUDEAU, 2012a, p. 29)

O pesquisador Eliseo Verón adentra nesse terreno pela teoria dos discursos sociais e propõe, de início, a diferença entre *ideologia* e *ideológico*. O semiólogo não renuncia ao termo “ideologia”, mas reconhece neste um papel mais descritivo que teórico. Ideologia designa uma formação histórica, sistema de ideias, filosofia de mundo e de vida, conjunto de doutrinas, crenças próprias de uma época e de um grupo social. No mais, ideologia deve ser tratada no plural, e não no singular. Já o ideológico não se refere ao objeto, conjunto identificável de coisas, mas a uma dimensão de análise do funcionamento social. O ideológico emerge toda vez que uma produção significativa é considerada em suas relações com os mecanismos de base do funcionamento social enquanto condições de produção do sentido. Em outras palavras, ideológico é o nome do sistema de relações entre um discurso e suas condições sociais de produção. (VERÓN, 1987, 2004) Se a noção de ideologia corresponde ao nível do produto – ideias, representações, opiniões –, o conceito de ideológico corresponde ao nível da gramática de sua produção. A análise do ideológico é o estudo dos traços que as condições de produção de um discurso deixaram na superfície discursiva. (VERÓN, 2004, p. 54-59)

Para Verón, abarcar o ideológico e o poder é tratar dos discursos sociais, ou seja, das suas condições de produção e reconhecimento,

calçadas nos mecanismos fundamentais de funcionamento da sociedade, a saber: política, economia, cultura, social. Se o ideológico está na instância da produção, o poder é o sistema de relações de um discurso com seus efeitos. Tanto as condições de produção quanto as de reconhecimento põem em jogo mecanismos e dinâmicas vigentes na sociedade. Por esse prisma, ideológico e poder não são instâncias presentes dentro de cada ordenamento social, mas dimensões de funcionamento dos discursos sociais, que estão à vista em toda produção de sentido que circula socialmente. (VERÓN, 1987, 1998, 2004)

Inerentes, portanto, à produção de sentido discursiva, o poder⁷ e o ideológico estão intimamente ligados, uma vez que o poder do discurso decorre, também, das condições ideológicas da sua produção. Entretanto, não deve haver confusão entre ambos e há que se driblar a hipótese de que o poder funciona sempre e em todo o lugar com uma única e mesma gramática. Faz-se instigante, portanto, o estudo sobre os motivos que levam um mesmo discurso, em diferentes contextos sociais, a produzir poderes distintos e gerar efeitos, por vezes, contrários. Além disso, vale investigar também “como e por que o poder assume modalidades diferentes em níveis diferentes do funcionamento social”. (VERÓN, 2004, p. 60)

Como uma dimensão analítica para a AD, o poder não é monolítico, estático, concreto, nem substantivo, mas uma construção relacional em jogo em qualquer processo comunicativo. Localizado na instância de consumo ou reconhecimento, o poder instaura o ciclo ininterrupto da semiose social. Explica-se: se o poder designa os efeitos de sentido do discurso num tecido determinado de relações sociais (VERÓN, 1987, 2004), este só pode ser captado, analiticamente, através de outros discursos – conversas, pesquisas de opinião, debates etc. A problemática do poder, aqui, está vinculada ao consumo dos discursos, que,

7 O conceito de poder diz respeito à problemática dos efeitos de sentido dos discursos. Não se deve confundir, alerta Verón (2004, p. 59), a problemática do poder com a problemática do político, que diz respeito a um tipo de discurso, “caracterizado por sua relação específica com um funcionamento social particular, aquele da rede institucional do Estado”.

paradoxalmente, remete a outras produções discursivas. Em Salvador, na Bahia (BA), no I Colóquio Internacional Discurso e Mídia, em 2009, Eliseo Verón destacou, em debate com o pesquisador brasileiro Antônio Fausto Neto, que os estudos do reconhecimento/consumo do discurso precisam suplantar o texto e ir para o campo das pesquisas empíricas, a fim de que sejam oferecidos resultados mais contundentes.⁸ Mas a pesquisa empírica vai produzir outros discursos, lançando o analista na rede da intertextualidade.

Aliás, estudar as relações do ideológico e do poder com o discurso é convocar o nível de interdiscurso. É, segundo Verón, reconhecer que o sentido não está dado, não se pode falar de “lugares de sentido”, mas de sistemas produtivos que vão implicar a geração, circulação e leitura dos discursos. Para a teoria da discursividade social, a produção do sentido pode ser reconstruída a partir das marcas presentes no texto.

A semiose, por conseguinte, só pode ter a forma de uma rede de relações entre o produto e sua produção – só é possível concebê-la como sistema puramente relacional: tecido de enlaces entre o discurso e seu ‘outro’, entre um texto e o que esse texto não é, entre a manipulação de um conjunto signifiante destinada a descobrir as pistas das operações e as condições de produção dessas operações.⁹ (VERÓN, 1987, p. 139, tradução nossa)

Em síntese, o ideológico e o poder são duas instâncias inter-relacionadas, a partir das quais se pode ler todo fenômeno social. Instâncias que, como visto anteriormente, estão nas condições de produção e reconhecimento do discurso e conjugam elementos extra e intradiscursivos. No que tange ao ideológico e ao poder, tais elementos dizem respeito

8 Informação coletada em debate realizado no I Colóquio Internacional Discurso e Mídia, realizado em 2009, na cidade de Salvador/BA.

9 “La semiosis, por consiguiente, sólo puede tener la forma de una red de relaciones entre el producto y su producción: sólo se la puede señalar como sistema puramente relacional: tejido de enlaces entre el discurso y su ‘otro’, entre un texto y lo que no es ese texto, entre la manipulación de un conjunto signifiante destinada a descubrir las huellas de las operaciones, y las condiciones de producción de esas operaciones”.

ao que Verón considera mecanismos fundamentais ao funcionamento da sociedade – economia, política, social e cultura.

O analista pode interessar-se pelas condições de produção do discurso (pelas gramáticas de produção), pelas condições de reconhecimento (gramática(s) de reconhecimento) ou, ainda, pelas duas. Abarcar os dois polos de produção de sentido do discurso é trabalhar com a circulação, a defasagem ou a relação entre as condições de produção e de reconhecimento. (VERÓN, 1987, 1998, 2004) Em tempo, uma gramática é um conjunto de regras que descreve operações; é sempre o modelo de um processo de produção discursiva. Uma gramática nunca é exaustiva, ou seja, serão construídas várias gramáticas, de acordo com as formas de abordagem do texto. (VERÓN, 2004) Reconstituir o processo produtivo a partir do produto é tirar o texto da inércia e lançá-lo na dinâmica da sua produção.

Todavia, para que algo seja designado como condição de produção, é preciso que tenha deixado rastros no discurso. Eis, aqui, o motivo para, neste estudo, ser utilizada essa noção em detrimento de contexto, embora seja reconhecido o aspecto dinâmico deste último. Se são alteradas as variáveis das condições de produção, o discurso também muda. No mais, considera-se ainda, no que tange às condições de produção, que estas podem ser ilustradas como margens traçadas no contexto a fim de endereçá-lo a uma produção discursiva específica; é a delimitação e o direcionamento do contexto para servir ao discurso e, consequentemente, à sua enunciação.

Das operações da enunciação: os modos de dizer

Ao abordar a enunciação pelo prisma de seus elementos – heterogeneidade, sujeito, ideológico e poder –, é endossada a caracterização da AD como interessada nos modos de dizer, os quais operacionalizam as funções de mostração, interação e sedução. (PINTO, 2002)

Mostrar, interagir e seduzir, enquanto modos de dizer, são operações de enunciação que dão pistas valiosas para refletir, pelo viés discursivo,

sobre a informação. Verón (2004) pondera, vale acentuar, que a análise de discurso é a descrição de operações, reconstruídas ou postuladas, a partir das marcas deixadas na superfície textual.

Estas marcas podem ser interpretadas como os traços de operações discursivas subjacentes, remetendo às condições de produção do discurso, cuja economia de conjunto define o marco das leituras possíveis, o marco dos efeitos de sentido desses discursos. (VERÓN, 2004, p. 65)

Para informar, o emissor vai lançar mão da linguagem verbal e de outros sistemas semióticos, a fim de criar um referente, um mundo ou universo discursivo, que o coemissor terá que recriar na recepção – eis a função de mostração. A liga dessa relação entre emissor e coemissor da informação será dada pelos vínculos socioculturais, acionados no discurso pelo enunciador – função de interação. Mas, para informar, não basta apenas circular um saber, é necessário garantir a atenção e mobilizar afetivamente o coemissor – função de sedução. Na prática discursiva, essas funções são integradas e, entre elas, ocorrem sobreposições e mesclas indissolúveis, cuja separação cumpre fins didáticos apenas. (PINTO, 2002)

Se informação é “pura enunciação”, as noções de heterogeneidade, sujeito, o ideológico e o poder constituem elementos privilegiados para estudá-la. Esses aspectos põem em evidência os modos de dizer, os quais operacionalizam as funções de mostração, interação e sedução. Buscar compreender os elementos de constituição e operação da enunciação é um percurso rumo ao discurso informativo, o qual será apresentado pela abordagem de Charaudeau, cuja inspiração vem da tríplice *mímesis* de Paul Ricoeur.

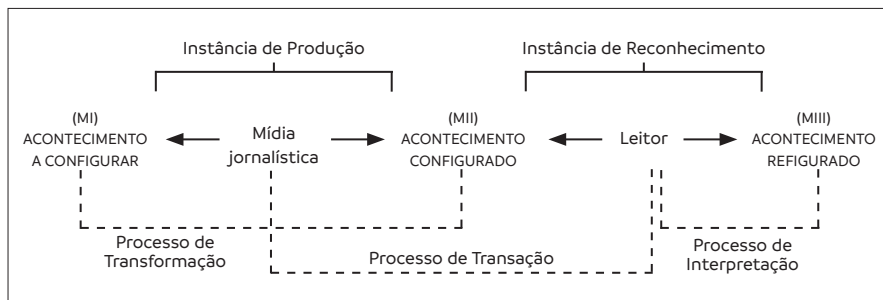
INFORMAR: DAS ESPECIFICIDADES DE UM DISCURSO

O discurso envolve, para além da língua, a imbricação de condições extradiscursivas e intradiscursivas, é o lugar da encenação da significação.

Fazer alusão à produção de sentido é promover uma correlação entre essas duas dimensões. No que tange ao discurso da informação, entretanto, essa dinâmica consiste em se indagar sobre três questões: 1. a mecânica de construção do sentido; 2. a natureza do saber que é transmitido; e 3. o efeito – de sentido – de verdade que pode ser produzido. (CHARAUDEAU, 2012a)

A construção do sentido ocorre “pela ação languageira do homem em situação de troca social” (CHARAUDEAU, 2012a, p. 41), nunca se dá antecipadamente, mas engendra uma mecânica que envolve um duplo processo de semiotização: de transformação/configuração – mundo a significar para mundo significado – e de transação/negociação – instâncias de produção e reconhecimento, em situação de comunicação, conferem uma significação psicossocial ao processo. (CHARAUDEAU, 2003, 2012a; FERREIRA, G., 1997, 1999) Elaborado pelo filósofo Paul Ricoeur (2010a), o processo de semiotização global do mundo prevê a articulação entre mundo a configurar (acontecimento não narrado), mundo configurado (acontecimento narrado) e mundo refigurado (acontecimento interpretado). São as três *mímesis* do círculo hermenêutico, que serão apresentadas melhor na próxima parte deste percurso. Aqui, será antecipada a imagem, a fim de ilustrar a explicação.

Figura 1 – Construção do discurso informativo



Fonte: elaborada pela autora a partir de Charaudeau (2012a), Ferreira (1997, 1999) e Ricoeur (2010a).

No processo de transformação, o acontecimento a configurar é estruturado em acontecimento configurado a partir de categorias expressas em formas, que nomeiam e qualificam os seres do mundo e narram ações, nas quais estes estão envolvidos, argumentando e também modalizando essas ações e os seres. No discurso informativo, o processo de transformação é localizado, porque se identificam e se qualificam fatos; acontecimentos são narrados e explicados.

Já o processo de transação, também denominado de negociação, consiste no fato de que a instância de produção constrói o discurso a partir de determinadas balizas, como as hipóteses sobre a instância de reconhecimento – sua identidade, posição social, saber, interesses, aptidões, estados psicológicos etc. –, o efeito que pretende produzir no outro, o tipo de relação a ser instaurada e a dinâmica de regulação dessa relação. No ato de informar, o processo de transação é instituído sobre o pressuposto de que há uma informação, cuja transmissão será realizada por alguém que sabe a alguém que não tem esse saber. (CHARAUDEAU, 1997, 2003, 2012a)

O processo de transação domina o de transformação, uma vez que a alteridade é o princípio fundante do discurso e a “língua nasce, vive e morre na intersubjetividade” (CHARAUDEAU, 2012a, p. 42), ou seja, sempre se transforma o acontecimento a configurar em acontecimento configurado, com base na relação que se estabelece com o outro.

Ao considerar o discurso como produção de sentido entre interlocutores, vê-se que a representação de mundo, por meio do discurso, é sempre mediada pela relação, ou seja, o discurso “representa o mundo ao representar uma relação”. (CHARAUDEAU, 2012a, p. 42) Por mais que se almeje certa neutralidade ou transparência, o discurso da informação também está sob a batuta dessa regra e será constituído dos elementos em jogo na situação de troca.

Além de mobilizar um duplo processo de construção do sentido – transformação e transação –, o discurso da informação é erigido com base no saber, construído pelo homem através da linguagem. Divididos entre saberes de conhecimento (olhar do homem voltado para o mundo)

e de crença (o olhar direcionado para si mesmo), ambos tratam da problemática das representações, ou seja, da relação-construção do real.

Pautado pela inteligibilidade, o saber do conhecimento busca representações mais racionalizadas, ancoradas na aprendizagem pela experiência – sentir, ver, ouvir, estar no jogo da vida – e/ou na aprendizagem científico-intelectual. Já no saber da crença, o mundo existe a partir do olhar subjetivo do sujeito. Aqui, a inteligibilidade é descolorida em favor da intensificação do olhar avaliativo e apreciador.

Embora o discurso da informação seja construído buscando sua validade no saber do conhecimento, as crenças podem estar imersas na enunciação informativa, servindo “para fazer com que o outro compartilhe os julgamentos sobre o mundo, criando assim uma relação de cumplicidade”. (CHARAUDEAU, 2012a, p. 46) No mais, tanto os saberes de conhecimento quanto os de crença são construídos no interior dos processos de representações.

Sobre o fato de que o nosso acesso ao mundo ocorre pelas representações, Lippmann (2008), antecipando algumas ideias dos autores marxistas que mais tarde se reuniram no Instituto de Frankfurt, diz que interpretamos os fenômenos sociais com base nos mapas mentais que construímos nas distintas trocas. Para ele, há pseudoambientes como mediadores da relação homem/mundo, os quais se constituem em ficções necessárias. “Por ficções não quero dizer mentiras. Quero dizer a representação do ambiente que em menor ou maior medida é feita pelo próprio ser humano”. (LIPPMANN, 2008, p. 30) Para o autor, a extensão, a complexidade e o *continuum* do mundo não permitem a obtenção de um conhecimento direto deste, o que leva à construção dos mapas mentais. Lippmann também desenvolve a noção de estereótipo, o que considera uma estratégia interpretativa de economia da atenção. “Não há nem tempo nem oportunidade para conhecimento íntimo. Em vez disso, observamos um traço que marca um tipo muito conhecido, e o resto da imagem preenchemos com os estereótipos que carregamos em nossas cabeças”. (LIPPMANN, 2008, p. 92)

Mesmo que a abordagem de Lippmann esteja ancorada nas teorias dos efeitos da comunicação de massa, ele enfatiza, em tons quentes e com muita veemência, a problemática das representações. Na AD, as representações servem como mediações que “apontam para um desejo social, produzem normas e revelam sistemas de valores”. (CHARAUDEAU, 2012a, p. 47) Os saberes são construídos no interior dos processos de representação, portanto, é difícil desenhar as fronteiras entre os saberes do conhecimento e os da crença.

A terceira arguição que tensiona o discurso informativo diz respeito à produção do efeito de sentido de verdade. Baseado na convicção,¹⁰ o efeito de verdade depende de um dispositivo enunciativo, por meio do qual o enunciador objetiva a adesão do enunciatário ao seu universo de pensamento. Nessa seara, a busca não é pela verdade em si, mas pela credibilidade. O discurso informativo, de acordo com Charaudeau (2012a, p. 50), modula tal efeito, respondendo às questões “por que informar?”, “quem informa?” e “quais são as provas?”.

No que tange à primeira questão, os efeitos de verdade vão ter conformações diferenciadas em função de ter existido um pedido pela informação. Se há um pedido, é atribuído ao enunciador um lugar de fala já privilegiado – poder dizer. A ausência da solicitação, por sua vez, pode gerar dúvida sobre o que motiva o comunicador.

A segunda pergunta diz respeito à fonte da informação, a qual vai gozar de maior ou menor grau de credibilidade de acordo com sua posição social, papel que desempenha na situação de troca, representatividade e engajamento com a informação transmitida. Em relação às provas, “devem ser objetivas, independentes da subjetividade do sujeito falante, exteriores a ele e reconhecidas por outros”. (CHARAUDEAU, 2012a, p. 55) Demonstrar a autenticidade, verossimilhança e explicar os porquês do fato legitimam os efeitos de sentido de verdade.

10 Charaudeau (2003, 2012a) mostra a diferença entre valor de verdade (calcado na evidência) e efeito de verdade (calcado na convicção). Neste trabalho, adota-se a ideia de efeito de sentido de verdade.

Neste livro, o foco de interesse é o discurso da informação midiática, engendrado na narração do acontecimento, cuja forma de expressão e conteúdo mais vulgar é a notícia. Sendo assim, faz-se necessário compreender a mídia noticiosa como “organismo especializado”, que se define a serviço da cidadania, mas também sob a égide da lógica comercial. Essa visão realça um aspecto relevante do discurso informativo midiático: a transmissão do saber precisa estar atrelada às estratégias de sedução do destinatário. Aqui, vale lembrar que a verdade está nos efeitos que o discurso produz, e não no texto em si. Desse modo, “o discurso da informação midiática joga com essa influência, pondo em cena, de maneira variável e com consequências diversas, efeitos de autenticidade, de verossimilhança e de dramatização”. (CHARAUDEAU, 2012a, p. 63)

Para localizar o duplo mecanismo de produção de sentido do discurso e as estratégias discursivas de construção dos efeitos de verdade (características do informador, demonstração das provas e finalidade da informação) e de construção do saber, é preciso empreender a análise das condições de produção. Nesse ponto, destaca-se que o discurso informativo é tratado nesta obra a partir de um aspecto específico, quando é construído na relação entre assessoria de comunicação/assessoria de imprensa e redação jornalística. No mais, recorta-se e enquadra-se, para este estudo, a configuração do trabalho de assessoria de imprensa no Brasil.

Em tempo, uma das motivações para a pesquisa foi a observação – com base nos autores Chaparro (2016b, 2016c, 2016f), Duarte (2001, 2003, 2011), Sant’Anna (2004, 2006, 2007a, 2007b, 2008a), Adghirni e demais autores (2006), Adghirni (2012) e Kopplin e Ferraretto (2001, 2006), entre outros – de que, no Brasil, as assessorias de imprensa, para se distanciarem do discurso da propaganda e das relações públicas, forjam uma aproximação com o discurso da informação.¹¹ As marcas do

11 O material enviado para a imprensa na forma de *releases* e *press kits* segue parâmetros do ritual estratégico de elaboração do texto jornalístico no que tange à forma e ao conteúdo. Muitas vezes, esses textos chegam a ser aproveitados integralmente pelos veículos, sendo publicados sem referência à sua origem.

discurso estratégico parecem ficar veladas sob as estratégias do discurso informativo, uma vez que as AI buscam um lugar social nas rotinas produtivas das notícias. O trabalho de assessoria, que se delineou no nosso país ao longo do século passado, é pautado nas técnicas e rotinas do fazer jornalístico e respaldado em contextos sociais, comuns também a outros países, nos quais as redações precisam de notícias e as instituições querem ser fonte de notícias. (BORDEAU, 2006; BUENO, 2012; CHAPARRO, 2010; MAFEI, 2007; MOREL, 2008; NOUTEAU, 2002)

Compreende-se, desse modo, que a AI traça um contato com o jornalismo, que pode ser colaborativo, mas é sempre marcado por uma tensão, pois é um discurso estratégico em busca da adesão a um discurso jornalístico. Nessa relação, portanto, assessorias e redações de veículos congregam as instâncias de produção. Uma vez na instância produtiva, essa presença reverbera, ecoa também no reconhecimento, porque o processo comunicativo é marcado pela permeabilidade e pela interpenetração entre esses dois polos ou dimensões. Vale destacar que se considera, para a realização deste trabalho, a relação entre AI e jornalismo na qual a redação constrói o discurso informativo midiático, tendo como referência o discurso e o texto, produzidos pela assessoria. Essa referência não implica, necessariamente, a aceitação do enquadramento e da temática da AI por parte do jornalismo, mas um vínculo estabelecido e uma negociação à vista.

Para abarcar o duplo processo de construção do sentido do discurso informativo na conexão mencionada, há uma convocação para ir além da AD. Em virtude dessa convocação, nos próximos capítulos, serão traçadas as contribuições que o círculo hermenêutico de Paul Ricoeur traz à AD no sentido de afastar o risco da análise imanente, dando especial atenção aos lugares sócio-históricos dos sujeitos enquanto instâncias de produção e reconhecimento. A articulação entre a AD e a hermenêutica ricoeuriana oferece condições de indicar propostas metodológicas para análise da construção do discurso informativo a partir de relações contratuais.

